

Ética, direitos humanos e a “filosofia africana feminista” em Angela Davis

*José André da Costa**

Resumo: O interesse estratégico-epistêmico deste artigo é investigar o “pensamento político-filosófico” da filósofa Angela Davis, na perspectiva dos direitos humanos, tendo como horizonte a filosofia africana, na ótica feminista. Com os direitos humanos pretende-se trazer para a roda do debate filosófico os problemas, de um “sujeito invisível”, a mulher negra, junto com a questão da violência e a emancipação das mulheres em geral (poder e não-poder), não nesta ordem necessariamente, mas de forma indissociável. O giro argumentativo que pretendemos apresentar e desenvolver para ser coerente com o tema proposto é debater os conceitos de liberdade e responsabilidade, bem como reivindicar a reflexão sobre a *africanidade*, *sexismo*, *xenofobismo* e o *racismo*, como questões antropológicas relevantes. Com este objetivo destacamos a luta pelos direitos humanos, na perspectiva do “inter-trans-gênero”. A tese que pretendemos assegurar e defender com auxílio da filósofa norte americana, Angela Davis, é considerar que “o racismo, o sexismo, a xenofobia” e a violência toleradas pela ordem instituída, junto com a divisão de classes, são os

* Doutor em filosofia política pela PUCRS e Comillas, Madrid, Espanha. Professor de Ciências Sociais nas Faculdades Integradas da América do Sul (INTEGRA), Caldas Novas, GO. Foi professor e Diretor Geral do IFIBE.

elementos que constituem os pilares da discriminação e da “produção da inferioridade” do ser humano, especialmente, dos índios/as e dos negros/as. Isto tudo compõe a negação histórica da conquista dos direitos humanos, na ideologia do mercado capitalista.

Palavras-chaves: Filosofia africana. Racismo. Ética, Direitos humanos. Xenofobia. Sexismo. Abolição.

1. A “dialética da colonização”: a luta pela democracia da abolição étnico-classista no século XXI

A Filosofia africana põe em relevo a força “colonizadora” da razão, que se colocou como instrumento que possibilitou aos negros/as feitos/as escravos/as afirmarem a visão de uma racionalidade diferente da visão logocêntrica do Ocidente. Qual é o potencial da filosofia africana frente à escravidão negra? O foco da colonização, segundo Angela Davis, é o exercício “encobridor” dos direitos humanos à liberdade. A colonização é a ditadura vertical, que não leva em consideração a democracia, como mediação de acesso às garantias de acesso ao direito das liberdades públicas e privadas. Angela Davis, coopera neste debate quando expressa que a democracia da abolição não é uma quimera, mas é a democracia que está por vir. Abolição no seu sentido extenso ainda não aconteceu até agora. Essa é a promessa do século XXI, que aconteça a “abolição do racismo e da xenofobia”, que é o outro nome da escravidão¹. A democracia no século XXI só será possível se dermos continuidade aos grandes movimentos de abolição da história “do terceiro mundo”. Esses movi-

1 Muito foi dito pelos donos de escravos sobre a definição da família negra como uma estrutura biológica matriarcal. Os registros de nascimentos de muitas fazendas de escravos omitiam os nomes dos pais, listando apenas os nomes das mães das crianças. E pelo sul adentro, a legislação adotava o princípio de “*partus sequitur ventrem*” - o filho segue a condição da mãe. Isto eram as regras dos donos de escravos, cujos pais de não poucas dessas crianças eram eles próprios. Mas onde foram eles buscar as normas, de acordo com as quais os escravos comandavam as suas relações domésticas entre eles próprios? A maior parte dos estudos históricos e sociológicos sobre a família negra durante a escravatura simplesmente assumiram que a recusa do dono para conhecer a paternidade entre os seus escravos estava diretamente traduzida no arranjo familiar matriarcal de fazer escravos (DAVIS, 2016, p. 16).

mentos são aqueles que sempre estiveram em oposição à escravidão, ao linchamento e à segregação, que foi a bandeira de luta de Nelson Mandela, Luther King e também da Angela Davis. Todos estes pensadores/as da luta emancipatória foram prisioneiros/a porque lutaram pela abolição da opressão racial e sexista.

Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (BILGE, 2009, p. 70).

A denúncia da pensadora Angela Davis é, num primeiro plano, a luta contra o sistema carcerário dos USA, especialmente. Em seus discursos abolicionistas ela afirma que enquanto a indústria do complexo carcerário persistir, a democracia norte-americana continuará a ser fingida. Uma democracia falsa desse tipo reduz o povo e suas comunidades à subsistência biológica mais crua e selvagem, porque ela os exclui da cidadania e da sociedade organizada, denuncia, a pensadora Angela Davis.

Angela Davis é uma filósofa militante, ativista do abolicionismo político-social² do século XXI, que significa a atualização dos Direitos Humanos proclamados em 1948. Sua reflexão, para além do engajamento político-emancipatório, tem uma direção objetiva ao dizer que é necessário desconstruir as ferramentas de opressão, destruindo-as com o firme compromisso de não passá-las às mãos daqueles/as que a criticam. Não se pode renomear os complexos e sinuosos caminhos que a filosofia ocidental percorreu sem colocar o pensamento diferencial da cultura africana, no que se refere ao tripé das disputas da racionalidade na dialética ocidental, através do trinômio: sujeito, objeto e verdade. Para a nossa

2 Porque tantas mulheres juntaram-se ao movimento anti-escravatura? O que havia de especial no abolicionismo que atraiu no século XIX as mulheres brancas como em nenhum outro movimento reformista? Se estas questões tivessem sido colocadas pela liderança feminina do abolicionismo como Harriet Beecher Stowe, ela talvez tivesse argumentado que o instinto maternal das mulheres como a base natural para a sua simpatia anti-escravatura. Tal parece, no mínimo, uma implicação da sua novela “A cabana do pai Tomás” cujo apelo abolicionista respondeu a um vasto número de mulheres (DAVIS, 2016, p. 31).

autora o desafio do século XXI não é só reivindicar oportunidades iguais para desconstruir a maquinaria da opressão, mas é identificar e desmantelar aquelas estruturas nas quais o racismo/xenofobia continuam a ser firmados, como se fosse a verdade genuína, que é um problema ético de primeira ordem. Este é o único modo pelo qual a promessa de “liberdade pode ser estendida às grandes massas”, avalia ela na sua crítica à lógica da dialética colonizadora, das pessoas e da natureza.

Atos violentos, como o machismo e o racismo atuais, visam desumanizar as mulheres, negar-lhes a condição de pessoas e transformá-las em “coisas”. Por isso, sobre nós, mulheres negras, recaem apelidos como “bicha fedorenta”, “macaca”, “gambá” etc. A despersonalização é comprovada pelo fato de que quando as mulheres procuram os órgãos de proteção, em geral, não possuem mais seus próprios documentos e nem os dos filhos, pois na maioria das vezes eles foram rasgados, queimados ou estão em poder dos seus algozes. Estando sem documentos, simbolicamente, é como se elas não existissem e os filhos não lhes pertencessem (BRITO, 1997).

A filósofa Angela Davis desenvolve uma crítica contundente às situações das mulheres negras estadunidenses que vivem uma vida indigna nas prisões. Sua crítica demolidora às situações que vivem àquelas mulheres apenadas na prisão é um dos assuntos de sua reflexão militante que ganhou notoriedade na sociedade estadunidense. Grande parte dos afro-americanos estava submetida à precariedade econômica e, principalmente, a segregação racial. Direitos mínimos e básicos, como a educação e o voto, eram negados a essa população, o que consistia num grande paradoxo, pois o sistema criou um exército de “renegados”³. O pensamento filosófico de Angela Davis é a culminância da defesa radical dos direitos humanos e da ética, principalmente, quando ela trata do cotidiano das mulheres negras encarceradas nos USA.

Em uma de suas entrevistas ao jornal Los Angeles Times, ela foi questionada se assistia os filmes que tratavam desta questão da mulher

3 A segregação racial nos Estados Unidos consistiu na institucionalização da discriminação com base no conceito de raça que separou, espacialmente e institucionalmente, negros e brancos. (RACIAL SEGREGATION. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Racial_seggregation. Acesso 30/07/2018).

encarcerada. Ela emitiu sua opinião posicionada. “Eu não só assisti a série de filmes, mas li o livro de memórias de Piper Kerman, que deu origem a estes filmes”. Que a seu ver é uma distorção da verdade, da facticidade e da história. Assim, a partir da subjetividade moderna (cogito/transcendental) a referência da verdade se deslocou para uma “metafísica da subjetividade” (Kant-Hegel-Heidegger), principalmente nas vertentes idealistas e existencialistas. E a filosofia africana como apareceu neste “edifício epistemológico” da modernidade? Será que a África foi moderna, ou será moderna? Qual foi a influência da filosofia africana na filosofia moderna ocidental? E a ética frente a tudo isso? A filosofia africana tem outra leitura ético-filosófica da realidade e da cultura ocidental? A dúvida que fica é se estas questões fazem sentido para o pensamento africano. Em todo caso, a África sofreu os reveses da modernização técnica, na escravidão negra e na indústria cultural.

Angela Davis faz uma análise crítica e profunda aos filmes “enlaidados dos USA” que relegam os negros/as a segundo plano. Ela vê nestes filmes uma distorção da realidade cruel que vivem os pobres e os negros/as, principalmente as mulheres, na atualidade. Angela sintetizou, em sua época, a figura da “mulher negra revolucionária”: a sua imagem ficou associada à luta dos/as afro-americanos/as e representou tanto uma postura afirmativa quanto uma referência intelectual relevante para a geração da década de 70 ss, marcada pela sua fala contundente embasada na denúncia ao racismo e ao capitalismo norte americano. Ao mesmo tempo ela conseguiu transmitir simpatia e dureza, acompanhada de sua meiguice humana, às outras pessoas que não concordavam inteiramente com o seu posicionamento político (DAVIS, 2000, p. 72). Ela continua sua reflexão, nos dias atuais, alertando o mundo inteiro do que é capaz a perversidade humana. Mas ela pensa e escreve como uma pessoa que viveu na pele o papel iníquo das prisões femininas dos USA. Em suas inúmeras conferências, inclusive no Brasil, afirma que há tantos aspectos que muitas vezes não aparecem em representações de pessoas nessas circunstâncias opressivas, principalmente “o mundo da prisão”. Ela crítica com rigor filosófico a alienação que o documentário “Doze Anos de Escravidão” produziu nas mentes das pessoas, que é um filme horrível do ponto de afetivo, mas que parecia trazer uma sensação de alegria, uma sensação de prazer, “um senso de humanidade”. Na verdade é uma distorção do bem viver humano, assinala Angela Davis.

2. Direitos humanos, inferioridade, mulher, raça e classe

A ação política das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos caminhos de emancipação e de afirmação dos direitos humanos, gestando os movimentos feministas e antirracistas de libertação, na cultura ocidental. A assertiva é que o masculino e o feminino são categorias político-culturais. Cabe definir o que é masculino. Recorrendo ao dicionário vamos encontrar a definição de masculino da seguinte forma: a palavra masculina vem do latim, *masculinu*, e significa o que é do sexo dos animais machos. Diz-se das palavras ou nomes que pela terminação e concordância designam seres masculinos ou como tal considerados. O *masculu* é relativo ao homem, ou ao animal macho. É o vigoroso, varonil, viril. Entre outras coisas a palavra virtude vem de *vir*, que significa homem. *Virtus* significa a força do homem. Mas o homem só é forte quando vive e atua em sociedade. A sociedade é a família. Sociedade é também a *fratria*, um agrupamento de famílias e, principalmente, a cidade, que os gregos chamavam de Polis. A cidade sucede no tempo à família como centro gerador da eticidade. E daí, como fica a relação de gênero frente aos direitos humanos? O pressuposto da eticidade é masculino ou feminino? A mulher, a raça e a classe serão os elementos básicos para discutir a relação de gênero.

Angela Davis ao integrar a tradição de luta dos movimentos feministas, afirma uma nova identidade política decorrente do ser mulher e negra, na busca de reconhecimento de sua alteridade. Urge abrir a discussão desenvolvida, por Angela Davis, quando discute e coloca em relevo a discriminação social e racial que atravessa a luta pelos direitos civis e políticos das mulheres em geral. Não é exagerado afirmar que as múltiplas transformações no pensamento ocidental foi deveras um encobrimento de outras matrizes de pensamento, especialmente a matriz epistemológica africana, que pensa para além do logocentrismo moderno.

Na discussão sobre logocentrismo o corpo da mulher, principalmente da mulher negra, pagou um alto preço, pois a compreensão era de que o corpo da mulher é o espaço do deleite e do pecado. Na mitologia grega, no mito Pandora, todos os males estavam relacionados com o corpo da mulher, que tinha identidade negativa com ela. Platão, filósofo grego, chegou a sugerir que a mulher seria a reencarnação da alma de um homem que “pilantrara” em vida anterior e recebe como castigo o corpo

da mulher. Aristóteles, outro filósofo grego, afirmava que o homem é o beneficiador e a mulher é a beneficiada. Santo Tomás de Aquino, filósofo medieval, saiu do plano “físico” para o psicológico, discutindo a diferenciação psíquica entre o homem e a mulher. Jacques Rousseau, filósofo moderno, sugeriu que a mulher é uma condição esquizofrenizante pela sua condição de santa e tentadora. Diante destas afirmações negativas sobre a mulher sobram muitos preconceitos e discriminações.

Pode-se dizer com segurança que a filosofia da modernidade, com alguma exceção, é uma tentativa de elaborar um discurso lógico-sistemático e une abrangente (razão totalizante) do ser humano e do mundo, marginalizando e inferiorizando continentes inteiros, principalmente o continente africano. Fazendo uma pergunta moderna para a filosofia africana: “qual é o destino/sentido do sujeito no pensamento filosófico africano? As discussões e análises de gênero e de raça são os espaços onde as epistemologias se concretizam, os temas pesquisados e analisados conceituam a realidade negadora dos direitos humanos, com base em diferentes instrumentais teóricos. Neste quesito, que faz toda a diferença, a filosofia e a cultura africanas ficaram marginalizadas das discussões do pensamento ilustrado da modernidade.

Com este propósito Angela Davis traz à tona duas experiências históricas femininas da diáspora africana, “um pensamento clandestino”. No âmbito da obra de Angela Davis, é perceptível o fato da autora ter dedicado muito dos seus estudos a desconstruir o lugar de “suplência da mulher negra”. Ela opera esta desconstrução semântica, apoiada em informações históricas e conceituações que formam grande parte das visões distorcidas a respeito das mulheres negras. Mas a pergunta instigadora é: por que as questões relativas às mulheres são tratadas sob o termo gênero? O termo gênero foi criado socialmente para compreender as relações entre homens e mulheres. Com outras palavras significa dizer os papéis que cada um/a assume na sociedade. Nas relações de poder estabelecidas entre o homem e a mulher surgem, concomitantemente à questão de gênero, as relações de simetria ou dessimetria entre o masculino e o feminino, mas nunca de assimetria.

O sistema escravista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres, não menos do que os homens, eram vistas como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos, elas poderiam ser desprovidas de gênero. Nas palavras de um in-

telectual, “a mulher escrava era, antes de tudo, uma trabalhadora em tempo integral para seu proprietário, e apenas ocasionalmente esposa, mãe e dona de casa”. A julgar pela crescente ideologia da feminilidade do século XIX, que enfatizava o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis com seus maridos, as mulheres negras eram, praticamente, anomalias (DAVIS, 2016, p. 15).

Angela reconhece que as mulheres, especialmente as mulheres negras, conquistaram imensas vitórias no século XX (DAVIS, 2004). Elas tiveram acesso a áreas profissionais em que eram totalmente excluídas. Ao nosso ver, aqui é o momento para identificar o problema crucial posto pela cosmovisão africana, da nova correlação de força entre sujeito e objeto do conhecimento na filosofia africana (deveras não sei identificar), intuo que é uma questão pertinente para pensar a filosofia africana, principalmente no que tange ao papel da mulher negra, destacado por Angela Davis. Hoje, temos muito mais mulheres negras trabalhando, várias delas foram admitidas em sindicatos, universidades e em outras repartições públicas. Mas mesmo com a chegada do Sec. XXI, a sensação que dá é que existem mais mulheres negras sofrendo a discriminação de gênero e de etnia.

É espantoso número de mulheres negras nas prisões, na prostituição e dependentes de drogas aumentou e muito, o número. Isto é uma afronta à política de direitos humanos. As mulheres negras foram fundamentais em todos os organismos de libertação que surgiram, principalmente, no movimento por direitos civis e políticos na vida dos/as africanos/as. O problema é que seus nomes não eram proeminentes e então só os líderes masculinos brancos é que se tornaram visíveis. Há muito mais organizações de mulheres negras, do que em qualquer outra época da história. Outra caracterização da reflexão filosófica de Angela Davis se dá nas interseções entre raça, classe e gênero, em que há uma forte distinção ao conseguir “radicalizar” o feminismo negro com sua persistência nas dimensões de raça e de classe.

Precisamente através do desempenho do trabalho penoso que foi sempre uma expressão central da condição social de inferioridade das mulheres, para as mulheres negras acorrentadas podiam ajudar a estabelecer as bases de alguns níveis de autonomia, para elas próprias e para os seus homens. Mesmo que ela sofresse debaixo da opressão única como mulher, ela impulsionava o centro da

comunidade escrava. Ela era, por isso, essencial à sobrevivência da comunidade (DAVIS, 2016, p. 20).

A produção da inferioridade dos negros/as tem a ver com o projeto de colonização desenvolvido durante os dois últimos milênios no mundo ocidental. O curioso é que o processo de inferiorização da África vem acompanhado do mesmo processo de descobrimento dos novos lugares e das novas culturas, implementado no Ocidente, nestes dois últimos milênios. Pode parecer estranho, mas o processo de descobrimento é sempre recíproco: quem descobre é também descoberto. A pergunta intrigante é esta: quem é que descobre? Se o descoberto também descobre? A quem os africanos/as descobriram, neste propósito? A princípio, quem descobre não pode afirmar de antemão que já sabe o que descobriu. Se fosse assim, não seria descoberta. Qual é a justificativa para que o descobridor afirme que algo foi descoberto? Aqui está o “nó” desta questão difícil de decifrar político-filosoficamente. Radicalmente falando, há descoberta? Olhando para a história do “descobrimento” no mundo ocidental, logo se percebe que a história do Ocidente é a história das “descobertas” dos grandes impérios coloniais. Nos últimos dois milênios de “aprimoramento” da cultura ocidental aconteceram três “descobertas” fundamentais: *o oriente, o selvagem e a natureza*. Foi através destas descobertas que se ratificou o conceito antropológico negativo de inferioridade.

O conceito de descobrimento acontece em dois movimentos: o empírico, o ato de descobrir e o categorial, isto é, a ideia de quem descobre. A descrição negativa que se desenvolveu sobre a cultura oriental é uma ideia do colonizador ocidental, não é uma formulação oriental. Os orientais se compreendem e se movimentam com outros códigos e linguagem diferentes da usada no Ocidente. O discurso sobre o Oriente é um discurso do mundo ocidental. Assim, o Oriente passa a ser o lugar da alteridade ameaçadora e temível.

Na filosofia ocidental as várias figuras independentes das divergências entre elas apontam para uma “apologia” da razão, exemplificada na “figura” de Ulisses que, pela astúcia da razão, supera as tentações regressivas ao mito representado pelas Sereias. E a África como fica nesta história? Outro ponto crucial para se pensar as características do pensamento filosófico africano. A filosofia na sua gênese é grega ou africana? Na filosofia africana se constata a categoria do logos? Foi através do

“desenvolvimento do logos” que a descoberta operada pelo Ocidente do mundo oriental que se confirmou como uma ideologia para dizer que o Oriente é o estrangeiro, o ameaçador, o outro que precisa ser combatido para garantir a paz e a segurança.

Na historiografia e na cultura ocidentais o Oriente ficou invisível e, por isso, não conta. São duas culturas contrapostas, sem diálogo e sem interações humano-antropológicas. O divulgador desta dicotomia, na atualidade, são os USA quando afirmam que o mundo está dividido entre o “eixo do bem e o eixo do mal”. O eixo do mal tem de ser combatido, a qualquer preço, vide Iraque. O Oriente, segundo o critério dos USA, está do lado do mal. O conflito, nesta visão, se pauta entre o ocidente e o oriente, e não entre o Norte e o Sul. Angela Davis percebeu muito bem esta perversidade e se pôs o desafio de pensar a linguagem e a semântica africana, sem cair no discurso “violento da geopolítica dos USA” para se evitar o encapsulamento do “sujeito transcendental” fora da história como pretendeu Immanuel Kant. Por outro lado como pensar uma “revolução semântica” que tenha em conta a alteridade, a diversidade e a pluralidade, conjugada as questões de raça, de classe e de feminino. Essa é a tarefa e o desafio para se pensar a filosofia africana, que Angela Davis nos propõe, sem negar a tradição filosófica ocidental.

3. A justificativa ideológica da colonização para a “produção da inferioridade”

A justificativa ideológica da dialética da colonização é para manter a inferioridade num lugar subalterno e estratégico. Isto se confirmou no contorno da dialética estabelecida entre descobridor e descoberto, no problema de gênero e de etnia, no masculino/feminismo branco e no masculino/feminismo negro. Mas porque homens e mulheres negros são uma única raça? São uma única condição social e racial explorada pelo capitalismo e oprimida pelo racismo. Olhando criticamente, para o processo de colonização ocidental, logo se percebe que a descoberta se transformou em encobrimento do descoberto: a mulher, o negro/a e o índio/a. Pois são os descobridores que vão declarar que os “índios/as”, os negros/as e as mulheres em geral são inferiores. Os autóctones, os primeiros habitantes do “mundo novo” nunca se chamaram de índios.

A palavra “índio” é um conceito que, na verdade, é um preconceito dos descobridores-colonizadores, imposto aos “índios/as”. Assim, o grande feito dos impérios colonizadores foram as descobertas de novos lugares e de novos povos, com a marca semântica do não respeito à alteridade. Os descobridores-colonizadores estavam sempre em vantagem em relação aos descobertos/as, porque tinham *o saber e o poder*. Com estes instrumentos, do saber e do poder, vão nomear ideologicamente quem é superior e quem é inferior, com uma definição étnica.

Nesta descoberta colonizadora operada no Ocidente há outra nomeação: a figura do selvagem como o lugar da inferioridade. Os selvagens são os homens, as mulheres orientais, os ameríndios, as ameríndias e os negros/as descobertos pelos europeus brancos. Lançou-se mão de muitos recursos para a “produção da inferioridade”. Um dos recursos usados foi à imposição desdobrada em três dimensões: a imposição política, começando com as cruzadas, as missões, as invasões de territórios, as destruições das culturas de resistência como: a dos Maias, dos Astecas e dos Incas. O acirramento desta imposição política consumou-se com a dizimação em massa dos “índios”, com a escravização e a mortandade dos negros/as, operada em muitos lugares do mundo ocidental, principalmente nas Américas, resultando daí os regimes totalitários.

A segunda imposição, também forte, foi a imposição cultural, que se deu numa espécie de epistemicídio, matando o conhecimento e a cultura original dos nativos, impondo-lhes outros costumes e outros ensinamentos, desembocando na cultura de massa e na indústria cultural. A terceira imposição foi a econômica, através da invasão dos territórios do além-mar, operada pelos europeus, na busca frenética da riqueza a qualquer custo, principalmente a busca da seda, num primeiro momento, e num segundo a busca desenfreada do pau-brasil, da prata e do ouro. Tudo isto foi possível pelo refinamento ideológico, muito bem trabalhado pelos impositores, que souberam explorar e aplicar taticamente a “pedagogia” do medo e da ameaça, tendo como colaboradora a ideia religiosa, através da pregação do céu e do inferno e a salvação da alma.

E quem ousasse rebelar-se contra os preceitos da salvação receberia o castigo merecido: a chibata, o pelourinho e a morte a fio da espada ou o enforcamento. Aqui fica um questionamento escatológico: “quem receberá a salvação eterna?” Serão os impositores europeus que quiseram

cristianizar o novo mundo em nome da fé cristã, ou Bolívar e Che Guevara que quiseram humanizar a América sem o credo cristão?

Se o oriente é para o ocidente o espaço da alteridade, o selvagem (o “índio” e o negro/a) são a alteridade que não consegue se estabelecer na sua condição de sujeito de direitos. Sendo assim, não merece reconhecimento e pode ser usado como meio para a finalidade do descobridor. Por isso, os três séculos de escravidão negra na América foram justificados politicamente.

Conhecer o papel das mulheres negras e assim destruir a colonização da nossa mente e construirmos de forma autodeterminada os nossos pensamentos e comportamentos, começamos por definir como nós nos reconhecemos como mulheres negras (DAVIS, 2016, p. 3).

A ideologia pregada pelos colonizadores da América foi que os índios/as e os negros/as não são capazes de gerir o processo de civilidade, porque são inferiores e porque são também incapazes de chegar à condição humana (negro/a e índio/a não têm alma). Não são plenamente humanos. Estão bem próximos dos animais. A diferença dos negros e dos “índios” é a medida de suas inferioridades. O sociólogo/filósofo português, Boaventura de Sousa Santos, afirma que os colonizadores espanhóis e portugueses discursavam dizendo que os “selvagens” estão longe de constituir uma ameaça civilizacional, mas somente uma ameaça irracional, à violência pura. E para constituir a nova civilização teria que dominá-los fisicamente e para depois “educá-los” espiritualmente. O seu valor é o valor da sua utilidade (navios negreiros). Os negros/as só mereciam ser confrontados/contados, na medida em que eles eram um recurso ou via de acesso a outro recurso (exploração da riqueza das Américas). A incondicionalidade dos fins – a acumulação dos metais preciosos, expansão da fé – justificam o total pragmatismo dos meios: “escravatura, genocídio, apropriação, conversão e assimilação”.

A “última descoberta” operada pela Europa se consumou com o processo de apropriação da natureza. Se o selvagem é o lugar da *inferioridade* a natureza é, por excelência, o lugar da *exterioridade*. O que fica interessante observar a esta altura de nossa reflexão é que o projeto do “descobrimento colonial” passa por três constantes antropológicas: a primeira é a descoberta da alteridade identificada com o Oriente, a segunda

é o selvagem identificado com a inferioridade, e a terceira constante é a descoberta da natureza identificada com a exterioridade.

Porém, a inferioridade será o aporte e suporte ideológico de entrada para justificar a exploração da mão-de-obra escrava negra e a expropriação da natureza para “arrancar” dela a riqueza. Assim, o *selvagem e a natureza* são meios com o mesmo desígnio para acessar riqueza, que é a finalidade e o sucesso do “colonizador/descobridor” do novo mundo. Para conseguir esta façanha o “descobridor-colonizador” teve que dominar os selvagens, os negros/as e os índios/as, desencantando-os/as e colocando-os do lado da inferioridade irracional para explorá-los/as, sem o menor escrúpulo ético.

As mulheres negras são “quentes”. De quanto nos sentimos assim, de tanto nos dizerem que pensamos e aceitamos ser. Percebemos que somos “quentes” porque nos vêm como mulheres sem alma nas quais os homens podem soltar os seus ímpetos; que somos “quentes” porque as outras mulheres são sérias e puritanas, que somos “quentes” porque somos imorais; sacudimos essa expressão da nossa cabeça e passamos a abomina-la (DAVIS, 2016, p. 5).

O recurso natural é o fim último para o bem estar da humanidade, mesmo que seja às custas do esfacelamento da flora, da fauna e do humano. Portanto, a vontade única foi domesticar e desencantar o mundo, explorando dois recursos convincentes e eficazes: *o natural e o humano* (índios/as e negros/as). Mesmo que para isso tenha sido necessário produzir a inferioridade como um subterfúgio forte para não questionar a descoberta *da natureza e a natureza da descoberta*, das Américas.

4. A filosofia e a política africanas sobre a questão classista-étnico-racial-sexual

Começando pelo papel histórico da sexualidade constatamos que ela é composta por duas dimensões: a dimensão da afetividade, da comunicação-comunhão e a dimensão voltada para a procriação da espécie. O que faz a sexualidade é a pessoa humana. O que é a pessoa humana? São o homem e a mulher, dois seres que se atraem mutuamente. Foi nesta constituição da espécie, resultado da atração entre o homem e a mulher,

o masculino e o feminino, que surgiu o princípio do morgadio, ou seja, a ideia de posse dos bens e a garantia da herança deles para a geração futura.

Neste sentido a sexualidade tem a ver com a economia e com o mercado. A procriação como perpetuação da espécie é também uma garantia da propriedade dos bens. Daí surge um outro conceito nuclear, a propriedade privada, que está ligada diretamente com o modelo de família que se vai estabelecer, ligado ao princípio de propriedade. Daí nasce também a visão de família como a “célula-mater da sociedade”. E quem garante esta posição é o contrato do casamento civil, pois é a partir dele que se garante a herança da propriedade, a passagem dos bens de pai para filhos, sucessivamente.

As sociedades patriarcais permaneceram ao longo dos tempos e até mesmo nas sociedades industriais. Nas sociedades industriais, o mundo do trabalho separou-se do mundo doméstico. As famílias multigeracionais foram desaparecendo. Surgiu outro modelo de família, a nuclear (pai, mãe e filhos), mas ainda está presente o poder patriarcal. As mulheres da camada popular foram submetidas ao mundo da fábrica. Nos séculos XVIII e XIX surgiu um fenômeno até então desconhecido, o abandono do lar pelas mães que passaram a trabalhar nas fábricas. Qual foi a consequência disso? Destruição dos “laços familiares”, onde começou a aparecer a promiscuidade, os vícios e conflitos sociais de toda ordem. A Revolução Industrial incorporou o trabalho da mulher no mundo da fábrica. A mulher foi incorporada subalternamente ao trabalho fabril e, nos tempos de crise, substituiu a mão-de-obra masculina, porque o trabalho da mulher era mais barato. Então a luta contra o sistema capitalista de produção apareceu permeada pela relação de gênero. A questão de gênero colocava um impasse na consciência de classe dos trabalhadores/as (Marx e Engels).

As organizações econômicas têm argumentado dentro de uma visão marxista que a classe é a coisa mais importante. Claro que a classe é importante. É preciso compreender que a classe informa a raça. Mas a raça, também, informa a classe. E o gênero informa a classe. A raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que o gênero é a maneira como a raça é vivida. Precisamos refletir com habilidade para perceber as interseções entre *raça, classe e sexo*, de forma a perceber que entre estas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras.

As mulheres foram e ainda são vítimas de uma forma autoritária e excludente de viver o poder. Ainda lhes é negada qualquer participação social mais ampla, qualquer forma de decisão político-societária que toque os interesses da maioria, e parece que este campo de batalha não começou a apaixoná-las (GEBARA, 1991, p. 39).

Esta afirmação-tese da pensadora Ivone Gebara terá o consentimento da nossa autora, Angela Davis, porque ambas tomam partido, nas suas críticas aos padrões do poder classista patriarcal estabelecido na dialética da colonização. Este pensamento de Davis e Gebara provoca uma revisão política do poder estabelecido e do direito positivista-contratual. Neste sentido, Angela Davis, pensa a filosofia como uma mediação crítica para “conscientizar” as mulheres, principalmente as mulheres negras e empobrecidas para a luta de reivindicação de seus direitos humanos negados para se gestar uma sociedade justa e emancipada.

À razão negra. Por este termo ambíguo e polêmico, designamos várias coisas ao mesmo tempo: imagens do saber; um modelo de exploração e depredação; um paradigma da submissão e das modalidades da sua superação, e, por fim, um complexo psiconírico. Esta espécie de enorme jaula, na verdade uma complexa rede de desdobramentos, de incertezas e de equívocos, tem a raça como enquadramento (MBEMBE, 2014, p. 25).

O intuito de ensaiar uma reflexão sobre a “razão negra”, tem um propósito estratégico para trazer à tona o tema de “raça” para pôr em relevo a problemática da relação de gênero. Com a crise político-econômico-sócio-cultural identificada por Achille e Angela com suas concepções adversas desvela o confronto que, às vezes, chega a paradoxos de aporias inconciliáveis e até à perda de horizontes, comprometendo a construção utópica e política da realização humana. Consequentemente, há como resultado uma visão fragmentada da “totalidade histórica”, que dificulta a fusão de horizontes e se traduz numa identidade negativa. No cotidiano, isso se efetiva na impossibilidade de gerar uma síntese superadora da vida alienada e das contradições históricas, guardando os elementos fundamentais de projetos políticos, que trazem uma questão antropológica fundamental: a relação de gênero, comprometendo a democracia e o desenvolvimento. Com Angela Davis, perguntamos: os sistemas econômicos

determinam diretamente a relação de gênero? A subordinação da mulher é anterior ao capitalismo ou é algo que perpassou também o socialismo?

Seria um erro olhar para o modelo institucionalizado da violação durante a escravatura como uma expressão do impulso sexual dos homens brancos, diferentemente reprimido pelo espectro da castidade da natureza feminina. Isso seria demasiado simplista como explicação. A violação era uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo maior objetivo era extinguir a vontade das mulheres escravas em resistir, e nesse processo, desmoralizar os seus homens (DAVIS, 2016, p. 25).

Angela Davis acerta, em suas reflexões, quando deixa transparecer em seus argumentos que as proclamadas crises do socialismo não podem ser reduzidas a um juízo simplório, mas devem ser pensadas dialeticamente como oportunidades que surgem para a construção de uma nova “atmosfera política”. Ela continua sua crítica, dizendo que os motivos racistas que estiveram por detrás das políticas de controle de natalidade (eugenia), no tempo em que esterilizaram definitivamente milhares de jovens e mulheres negras para garantir a pureza e o domínio da raça anglo-saxónica – e que ainda hoje existem – recentemente uma mulher negra foi ameaçada de perder a tutela dos seus filhos se não aceitasse ser esterilizada. No significado dessa decisão político-demográfica afirmada como a “vitória da liberdade do mercado” – ou do estado mínimo – através desse refluxo de “ideologias e utopias”, que se apresenta na face de democracia formal e liberal, não é nada mais do que o esfacelamento dos direitos humanos das mulheres negras, no Estado capitalista⁴.

A supremacia da liberdade de participação popular na construção de uma nova utopia política, põe uma questão política de grande relevância, nem o fim da história, nem o fim do socialismo. A crise do capitalismo

4 “Não estamos interessadas em fazer o nosso trabalho mais eficiente ou mais produtivo para o capital. Nós estamos interessadas em reduzir o nosso trabalho e por fim recusá-lo terminantemente. Mas enquanto trabalhamos em casa de forma gratuita, ninguém realmente se preocupa quanto e como trabalhamos. O capital só introduz melhorias tecnológicas para cortar em custos de produção. Só se fizermos o nosso próprio custo (isto em termos económicos) o capital descobrirá a tecnologia para reduzi-lo. No presente temos de trabalhar para um segundo turno de trabalho para comprar uma máquina de lavar louça, que diminui o nosso trabalho em casa” (DAVIS, 2016, p. 167).

atinge todos os segmentos e grupos sociais, exigindo repensar o papel da sociedade civil e do Estado. Essa crise é camuflada com a ideologia neoliberal que encobre o processo econômico integrando-o sob a lógica hegemônica do capital financeiro globalizado. A resistência que tem de ser afirmada politicamente é afirmação total da “racionalidade emancipatória”, como dimensão dos meios de autonomia do sujeito, um desenho novo de esferas éticas, estéticas, religiosas, políticas, econômicas e familiares. Isto traz à tona o desafio à criatividade e o estímulo para a elaboração de novas propostas e projetos socioculturais que nos impulsionem à coragem e à capacitação política e teórica para a geração de uma relação humana, como garantia da justiça e dos direitos humanos.

Acresce a isso o fato de o neoliberalismo representar a época na qual capitalismo e animismo, durante muito tempo obrigados a manter-se afastados, tendem finalmente a fundir-se. Passando doravante o ciclo do capital a ir da imagem para a imagem, a imagem tornou-se um fator de aceleração das energias instintivas. Da potencial fusão do capitalismo e do animismo resultam algumas consequências determinantes para a nossa futura compreensão da raça e do racismo (MBEMBE, 2014, p. 15).

Os filósofos/as e economistas do século XVIII e XIX viram os feitos de uma civilização baseada predominantemente no dinheiro, no lucro e na acumulação. Quem melhor fez a crítica a burguesia liberal foi Karl Marx (1818-1883), com uma ideia de desenvolvimento regulada pelo comunismo, qual seja, a resolução da essência humana como fim último. As feministas marxistas, entre elas Angela Davis, seguem a abordagem de Marx, já que são guiadas por uma teoria da história. Mas, quaisquer que sejam as variações e as adaptações, o fato de que elas se impõem a exigência de encontrar uma explicação “material” para as relações de gênero, limitou ou, pelo menos, atrasou o desenvolvimento de novas direções de análise. Tanto nas análises que propõem uma solução baseada nos chamados sistemas duais (patriarcado e capitalismo), como naquelas que se apoiam mais firmemente nos debates marxistas sobre os modos de produção, a explicação das origens e das transformações de sistemas de gêneros é encontrada fora da divisão sexual do trabalho.

Se as mulheres negras eram dificilmente “mulheres” no sentido aceito, o sistema de escravatura também desencorajava a supremacia dos homens negros. Porque maridos e esposas, pais e filhas eram igualmente sujeitos à autoridade absoluta dos donos de escravos, a promoção da supremacia masculina entre os escravos podia ter criado uma ruptura perigosa na cadeia de comando. Para além disso, se as mulheres negras como trabalhadoras não podiam ser tratadas como “o sexo fraco” ou como “esposa/dona de casa”, os homens negros não podiam ser candidatos à figura de “chefe de família” e certamente não como “sustento da família” (DAVIS, 2016, p. 12).

No mundo ocidental o pater-família é a estrutura jurídica em que o homem detém todos os bens, inclusive a mulher. Isto acontece na estruturação do casamento como normatividade jurídica da vida conjugal, estabelecida primeiramente em Atenas e depois em Roma. A partir daí cada vez mais a mulher foi se tornando uma propriedade do homem. Nesta ideologia patriarcal surgiu a consideração do teólogo/filosofo Tomás de Aquino quando afirmava que a função reprodutora da espécie cabe à mulher, favorecendo assim a subordinação da mulher ao homem. A partir daí a mulher foi sendo considerada mais frágil, incapaz para assumir a direção e a chefia da família (pater). O homem já tinha associado a ideia de autoridade por causa de sua força física, o poder de mando. Assim, surgiram as sociedades patriarcais fundadas no poder do homem.

Afinal de contas, famílias, lares e sexualidade são produtos do modo de produção que mudam. A esse propósito, ao ler as teses de Angela Davis, surge a pergunta: A ideia do feminismo está morta ou poderá reaparecer em função da crise do capitalismo? As nossas “sociedades democráticas” são inseparáveis de uma tendência utópica. Não creiamos, portanto, que isso venha desaparecer. A relação de gênero, direitos humanos e o humanismo são versões políticas da utopia. O que foi definitivamente negado pela a “utopia socialista” é o modelo de desenvolvimento extrativista/escravagista, que já comprometeu humano-ecologicamente o planeta terra. Também não é suficiente a ingenuidade de achar que a luta feminista, na perspectiva da mulher negra, é a “tábua de salvação”, vista como movimento messiânico-político. A ideia de um partido-estado não faz mais sentido. Será que já estamos numa sociedade pós-capitalista? Se não estamos teremos que inventá-la, sem traumas.

A nosso ver a crise hoje não é só uma crise político-econômico-ecológica, mas de civilização. Não basta só pensar as relações de produção. É preciso pensar e considerar a vida em todas as suas dimensões, tais como: o sentido da vida, os valores, a subjetividade, a afetividade e o lúdico. A este propósito, a contribuição de Marx foi decisiva para desocultar as raízes concretas e materiais dessas dimensões de dominações.

Angela Davis nos anos setenta denunciava com veemência a política extrativista dos USA, quando dizia que no momento, o capitalismo era o horizonte de nossa época: um horizonte no qual teremos dificuldades para viver. Precisamos agir conhecendo as nossas contradições e sabendo que até agora não encontramos a solução. “Os salvadores” do século XX foram os geradores dos maiores fracassos do humanismo ocidental. É evidente que não estamos felizes com essa desgraça, embora não seja o inferno total, mas também não preferimos “às utopias” classistas e racistas.

5. Consideração final: direitos humanos e a libertação na perspectiva das mulheres negras

A mulher negra, no enfoque dos direitos humanos, é uma resistência histórica de afirmação e de luta emancipatória. A experiência dos processos revolucionários vividos e narrados com propriedade pela nossa autora nem sempre revelam a “racionalidade ética” presente, o que gerou procedimentos autoritários impedindo as possibilidades emancipatórias dos sujeitos de direitos, especialmente, os mais afetados pela miserabilidade.

Angela Davis mostrou que a barbárie instalada na cultura ocidental expressou, em “carne e osso” as singularidades históricas terríveis do século XX, como os holocaustos que dizimaram os judeus, os índios/as das Américas, as populações africanas, as crianças de Kosovo, as populações da Albânia e tantas outras etnias massacradas pela “razão do Poder”. Neste artigo o nosso esforço foi mostrar que a proposta filosófica de Angela Davis põe em relevo o conflito entre “razão e ética”. A resistência da mulher negra especialmente, continua em busca de sua condição de sujeito da história que lhe foi negada, num processo “engendrado” com a “invenção” da inferioridade de alguns seres humanos, especialmente os negros/as, e as mulheres em geral. A trama dessa lógica perversa (CASTORIADIS, 1999, p. 82) encontramos nos processos dos discursos ardilosos

da interdependência que cada ser humano do planeta está exposto. Isto acarreta um problema político tremendo que influencia na “produção das subjetividades” que definem os sujeitos éticos.

De certo modo, somos “aquilo que o processo fez conosco”. E todo esforço da ideologia liberal foi implantar uma sociologia que nos levasse aceitar o estado mínimo no social e o estado grande no entrecruzamento dos fluxos materiais, sociais, culturais e planetários. É a liberação do lucro pelo lucro, às custas do trabalho não pago (escravidão/mais valia). A lógica neoliberal estabelece, em nosso século, três movimentos para sustentar sua racionalidade arditosa: *a tese*: não dá para incluir todos/as na riqueza social (Estado mínimo); *a antítese*: é preciso estabelecer uma política de seleção dos melhores (aristocracia); *a síntese*: uma sociedade qualificada, para alguns sem antinomias ou sem contradições (livre iniciativa/mercado) (IANNI, 1997, p. 17).

O liberalismo, na versão atual, continua anestesiando a crítica, tal e qual Marcuse denunciava nos anos 60-70. As lutas entre as classes diminuíram ou ficaram mais controladas e os indivíduos se aglutinaram num exército de mônadas, cada um realmente lutando por si mesmo, pois o que resta é, afinal, o sentimento de que todos somos sobreviventes. Não emergem contradições numa sociedade onde a globalização administra o conflito (FOUCAULT, 1990, p. 20-21). A rigor, não há escolhas, há rumos traçados desde fora e desde longe, que, ao sujeito resta acatar ou se “tornar eticamente subversivo”.

Podemos concluir que na atualidade persiste na sociedade o argumento da diferença biológica entre o homem e a mulher, que é a base para a desigualdade entre ambos. No Estado capitalista o direito de propriedade passou a ser o ponto central. Assim, a origem da prole passou a ser controlada de forma mais rigorosa, levando a uma série de restrições à sexualidade. Esta restrição faz voltar à baila temas como a virgindade e os direitos sexuais. Cada vez mais o corpo da mulher foi sendo usado como mercadoria. Se antes o corpo da mulher pertencia ao homem, depois passou a pertencer ao mercado. O paradoxo disto tudo é que na emergência do sistema capitalista o adultério era considerado um crime gravíssimo, pois colocava em risco a herança da propriedade. Porém, o adultério sempre aconteceu, até mesmo nas sociedades pré-capitalistas. E quem pagou um alto preço nesta relação adúltera foram as mulheres negras. O corpo das negras era usado como válvula de escape. Os senhores

de propriedade, principalmente no período colonial, transavam com as escravas negras, pois se transassem com outras mulheres brancas, fora do casamento, estavam cometendo adultério. Com as negras era diferente: eram escravas e não tinham dignidade. Assim, a iniciação sexual dos filhos dos senhores era praticada com as negras que normalmente eram empregadas das sinhás dos senhores de engenho e das terras. No Brasil esta questão aparece bem clara no tempo do padroado e da Casa Grande e Senzala.

A luta feminina traz dentro de si uma divisão interna: os valores morais impostos às mulheres dificultaram a luta pelo direito de igualdade. As mulheres que assumiram o movimento feminista foram vistas como “mal amadas” pela visão patriarcal e pelas mulheres submissas aos homens⁵. A luta feminina é uma busca de construir novos valores sociais, qual seja, uma nova moral e nova cultura. Isto impõe uma outra questão de fundo que é a luta pela democracia, que deve nascer da igualdade entre o homem e a mulher para suprir uma outra desigualdade que é a diferença de classe.

Em 1940 esta luta ganhou substância, crescendo a incorporação da força de trabalho feminino no mercado de trabalho. No Brasil foi na década de 70 em diante que a mulher passou a ingressar de forma mais acentuada no mercado de trabalho. Exemplo disto são as mulheres motoristas de ônibus nos grandes centros urbanos, nas escolas e academias militares, frentistas de postos de combustível, piloto de avião, etc. No final da década de 70 e início da década de 80 surgiram os sindicatos, movimentos feministas que encaram a luta pelos direitos sexuais. Então a luta contra a desigualdade de classe juntou os dois sexos na luta por melhores condições de vida. Nesta perspectiva histórica a mulher negra

5 O mais iluminador destes estudos é a investigação de Herbert Gutman sobre a família negra. Esse estudo fornece evidências documentadas de que a vitalidade familiar mostrou-se mais forte que os desumanos rigores da escravatura. Gutman destronou a tese do matriarcado negro popularizado por Moynihan e outros em 1965. No entanto, as suas observações sobre as mulheres escravas são desenhadas generalista para confirmar as suas propensões de esposas, facilmente implicando que as mulheres negras diferem das mulheres brancas na medida que as lides domésticas faziam parte das obrigações escravagistas. De acordo com Gutman, ainda que as normas institucionalizadas da escravatura concedessem às mulheres um grande nível de liberdade sexual pré-matrimonial, elas eventualmente casavam de forma permanente e construíam famílias tanto por iniciativa do homem como delas mesmas.

sempre buscou “ocupar seu lugar filosófico” a partir do resgate cultural-intelectual, através da construção da racionalidade “dançante e alegre”. O desafio epistêmico-antropológico que percorremos até aqui foi “descobrir” a mulher negra/africana como “lugar filosófico” da desconstrução da razão ardilosa.

Referências bibliográficas

BILGE, Sirma. Teorias feministas da intersectorialidade. Trad. Helena Hirata. *Diógenes*, 1, 2009.

BRITO, Benilda Regina Paiva de. Mulher, negra e pobre: a tripla discriminação. *Teoria e Debate*, n. 36, out. 1997. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/1997/10/01/mulher-negra-e-pobre-a-tripla-discriminacao/>. Acesso em: 22 ago. 2018.

CASTORIADIS, Cornelius. *Feito a ser feito: As encruzilhadas do labirinto V*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

DAVIS, Angela Yvonne. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. *Cadernos do CEAS*, n. 210, mar./abr. 2004. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/#ixzz4G2fiIbM2>. Acesso em: 19 ago. 2018.

DAVIS, Angela Yvonne. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela Yvonne. Viver e Continuando Lutando. In: WERNECK, Jurema (Org.). *O Livro da Saúde das Mulheres Negras*. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1990.

GEBARA, Ivone. *Poder e não-poder das mulheres*. São Paulo: Paulinas, 1991.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. Os desafios da equidade: reestruturação e desigualdades de gênero e raça no Brasil”. *Cadernos Pagu*, 2002.

HIRATA, Helena. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v. 26, n. 1, 2014.

IANNI, Octavio. *A era da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

MBEMBE, A. *A Crítica da Razão Negra*. Trad. Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014.

RACIAL SEGREGATION. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Racial_segregation. Acesso em: 19 ago. 2018.